



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13771.000069/96-15
Recurso nº. : 123.002
Matéria : IRPF - Ex(s): 1994
Recorrente : CARCÍLIA MARTHA DE SOUZA REZENDE
Recorrida : DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ
Sessão de : 08 de novembro de 2000
Acórdão nº. : 104-17.741

CORREÇÃO DE INSTÂNCIA - Devolve-se o processo à autoridade julgadora de primeira instância para apreciar manifestação de inconformismo da interessada contra negativa de pedido de retificação de declaração de rendimentos.

Autos devolvido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CARCÍLIA MARTHA DE SOUZA REZENDE.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DEVOLVER os autos à autoridade julgadora de primeira instância, para julgamento do inconformismo manifesto pela contribuinte, corrigindo-se a instância, nos termos do relatório e voto que passam a integrar os presentes julgados.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE
RELATORA

FORMALIZADO EM: 07 DEZ 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13771.000069/96-15
Acórdão nº. : 104-17.741
Recurso nº. : 123.002
Recorrente : CARCÍLIA MARTHA DE SOUZA REZENDE

R E L A T Ó R I O

CARCÍLIA MARTHA DE SOUZA REZENDE, jurisdicionada pela Delegacia da Receita Federal em Vitória - ES, foi notificada para efetuar o recolhimento relativo à multa por atraso na entrega da declaração referente ao exercício de 1994, através da Carta de Cobrança de fls. 03.

Inconformada, a interessada apresentou impugnação tempestiva, fls., alegando, em síntese:

- que apresentou tempestivamente sua declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física, relativo ao exercício de 1994;

- que foi apurado e recolhido o imposto no valor de 408,20 UFIR, em 30/05/99, anexo DARF;

- que através da cobrança da Receita percebeu o erro material constante em sua declaração e procedeu ao pedido de retificação em 02/02/96, o qual foi indeferido;

Diante da comprovação da existência de erro material em sua declaração de rendimentos, em confronto com os documentos trazidos à colação, requer o cancelamento do lançamento e requer desde já a restituição.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13771.000069/96-15
Acórdão nº. : 104-17.741

Às fls. 27/34, consta a decisão da autoridade de primeiro grau, que após sucinto relatório, analisa cada item da defesa apresentada pelo impugnante, dela discordando; e para fortificar seu entendimento cita toda a legislação de regência que entende pertinente, e justifica suas razões de decidir conceituando a atividade administrativa do lançamento, a obrigação acessória, a denúncia espontânea, a causa da multa e finalmente, decide julgar procedente a exigência fiscal.

Ao tomar ciência da decisão monocrática, a contribuinte interpôs recurso voluntário a este Colegiado, conforme petição de fls. 21/23, reiterando os argumentos constantes da peça impugnatória e invocando novos argumentos que sustentem de forma mais eficaz suas alegadas razões de defesa.

Recurso lido na íntegra em sessão.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13771.000069/96-15
Acórdão nº. : 104-17.741

VOTO

Conselheira MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, Relatora

Do exame dos autos verifica-se que a contribuinte alegando engano na informação dos rendimentos inseridos em sua Declaração referente ao exercício de 1994, requereu a retificação da mesma.

Às fls. 15, consta despacho decisório assinado pelo Delegado da Receita Federal em Vitória negando o pedido de retificação.

Irresignada a interessada manifestou seu inconformismo através da petição de fls. 21 a 24, instruída com os anexos de fls. 25 a 37, instaurando o litígio fiscal, dirigido indevidamente a este Colegiado.

Por tais razões, considerando o que determinam as normas que regulamentam o Processo Administrativo Fiscal.

Voto no sentido de devolver os autos à autoridade julgadora de primeira instância para apreciar a petição de fls., em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição.

Sala das Sessões (DF), em 08 de novembro de 2000

A handwritten signature in black ink, appearing to read "MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE".
MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE